

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 - Teoria Geral do Direito Agrário.....	17
1. Aspectos históricos do direito agrário no Brasil	17
1.1. Regime Sesmarial (1500 a 17/07/1822)	18
1.2. Período “Extralegal” ou “das posses” (de 17/07/1822 a 18/09/1850)	20
1.3. Período de institucionalização do direito agrário (de 18/09/1850 em diante)	21
1.3.1. Lei de Terras de 1850	21
1.3.2. Constituição de 1891	25
1.3.3. Código Civil de 1916	25
1.3.4. Constituição de 1934	26
1.3.5. Constituição de 1937	27
1.3.6. Constituição de 1946	27
1.3.7. Emenda Constitucional nº 10/1964	28
1.3.8. Estatuto da Terra	28
1.3.9. Constituição de 1988	30
2. Conceito	33
3. Objeto.....	35
4. Autonomia	36
5. Fontes.....	37
6. Princípios	38
6.1. Princípio da realização da justiça social	39
6.2. Princípio da função social da propriedade rural	39
6.3. Princípio do monopólio legislativo da União	44
6.4. Princípio do estímulo ao cooperativismo e ao associativismo.....	44
6.5. Princípio do progresso socioeconômico do rurícola e proteção do hipossuficiente.....	45

6.6. Princípio do acesso e permanência na terra.....	45
6.7. Princípio da proteção à propriedade ou posse rural familiar.....	46
6.8. Outros princípios.....	46
7. Tópico-síntese	48
Capítulo 2 - Imóvel Rural.....	57
1. Definição.....	57
2. Dimensionamento	61
2.1. Módulo rural e módulo fiscal	61
2.2. Fração mínima de parcelamento	63
3. Classificação	64
3.1. Segundo a Lei nº 8.629/1993	64
3.2. Segundo o Estatuto da Terra.....	66
3.3. Pequena propriedade rural familiar	68
4. Registro imobiliário.....	70
4.1. Aquisição da propriedade imóvel mediante o registro	70
4.2. O imóvel rural na Lei de Registros Públicos	71
4.3. Do “Registro Torrens”	77
5. sistema nacional de cadastro rural	78
6. Usucapião constitucional rural.....	80
7. Tópico-síntese	84
Capítulo 3 - Obrigações Ambientais dos Imóveis Rurais	89
1. Introdução	89
2. Obrigações ambientais conforme o Código Florestal – Lei 12.651/2012.....	91
2.1. Conceitos gerais	91
2.2. Áreas de Preservação Permanente	95
2.2.1. Delimitação	95
2.2.2. Do regime de proteção.....	98
2.2.3. Das áreas consolidadas em APP	99

2.3. Da reserva legal	101
2.3.1. Da delimitação	102
2.3.2. Do regime de proteção	104
2.3.3. Do cômputo das APPs na RL.....	105
2.3.4. Do registro da RL.....	106
2.3.5. Das áreas consolidadas em RL.....	106
2.4. Da supressão de vegetação para uso alternativo do solo .	108
2.5. Do Cadastro Ambiental Rural	109
2.6. Dos Programas de Regularização Ambiental	110
2.7. Da servidão ambiental e cota de reserva ambiental	110
3. Obrigações ambientais decorrentes da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	113
4. Obrigações ambientais decorrentes da Lei da Mata Atlântica ..	115
5. Obrigações decorrentes do uso de recursos hídricos	116
6. Tópico-síntese	118
Capítulo 4 - Bens Públicos e Terras Devolutas	119
1. Bens públicos.....	119
1.1. Conceito e classificação.....	119
1.2. Regime jurídico	123
1.3. Afetação e desafetação	123
2. Terras devolutas	123
2.1. Conceito e questões gerais	123
2.2. Discriminação de terras devolutas	125
3. Tópico-síntese	128
Capítulo 5 - Regularização Fundiária.....	131
1. Conceito	131
2. Legitimação e regularização de posse	134
2.1. Da posse agrária.....	134
2.2. Da legitimação de posse na história do direito agrário brasileiro	136
2.2.1. Da legitimação de posse da Lei nº 6.383/1976..	139

3. Regularização fundiária na Amazônia Legal.....	141
3.1. Requisitos e limites.....	145
3.2. Forma, procedimento e regime da regularização.....	149
4. Tópico-síntese.....	155
Capítulo 6 - Programa Nacional de Reforma Agrária	157
1. Fundamentos e objetivos	157
2. Instrumentos	159
2.1. Compra e venda.....	159
2.2. Desapropriação.....	160
2.3. Destinação de terras públicas.....	161
3. Modalidades de assentamentos	161
4. Beneficiários do Programa	163
5. Contrato de concessão de uso, crédito instalação e titulação...	167
5.1. Pagamento pelo beneficiário.....	171
6. Da consolidação do projeto de assentamento.....	172
7. Da regularização de ocupações em projeto de assentamento...	172
8. Tópico-síntese.....	173
Capítulo 7 - Desapropriações Agrárias.....	177
1. Aspectos gerais, modalidades e classificações.....	177
2. Competências: legislativa, declaratória e executória	182
3. Processo de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (“desapropriação-sanção” agrária)	184
3.1. Fase administrativa	186
3.1.1. Notificação prévia	188
3.1.2. Laudo agrônomo de fiscalização.....	189
3.1.3. Decreto expropriatório.....	192
3.2. Fase judicial	193
3.2.1. Juros compensatórios e moratórios.....	203
3.2.2. Indenização e justo preço	208
3.2.3. Títulos da dívida agrária – TDAs.....	208

4. Tópico-síntese	209
Capítulo 8 - Aquisição e arrendamento de imóveis rurais por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras.....	211
1. Introdução	211
2. Requisitos, restrições e condições para a aquisição.....	213
2.1. Requisitos para a pessoa natural e a situação do português equiparado.....	215
2.2. Requisitos para a pessoa jurídica estrangeira	218
2.3. Pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira. Parecer AGU LA-01/2010	220
2.4. Restrições e condições para aquisição	223
3. Formalidades do ato de aquisição e consequências da aquisição sem autorização.....	228
4. Arrendamento de imóvel rural por estrangeiros.....	230
5. Tópico-síntese	232
Capítulo 9 - Regularização dos territórios quilombolas.....	233
1. Disciplina constitucional e Convenção 169 da OIT	233
2. O Decreto nº 4.887/2003 e a ação Direita de Inconstitucionalidade nº 3.239.....	235
3. Procedimento de identificação e delimitação do território....	240
4. Desapropriação para fins de regularização Quilombola.....	243
5. Titulação	248
6. Tópico-síntese	251
Capítulo 10 - Contratos agrários.....	255
1. Definições.....	255
2. Aspectos gerais e estruturantes	257
2.1. Partes	257
2.2. Objeto	258
2.3. Prazos Mínimos.....	258
2.4. Características	259

2.5. Cláusulas obrigatórias.....	260
2.6. Limites dos preços do arrendamento e do percentual de participação na partilha dos frutos na parceria.....	261
2.7. Direito de preferência na renovação do contrato e na hipótese de venda do imóvel	262
2.8. Extinção do contrato e direito à indenização e retenção pelas benfeitorias.....	263
3. Contrato de integração	264
4. Tópico-síntese	267

Capítulo 11 - Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. 271

1. Breve histórico	271
1.1. Período Colonial.....	271
1.2. Monarquia	272
1.3. República	272
2. Caracterização como indígena	274
3. Disciplina constitucional dos direitos indígenas.....	275
3.1. Organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.....	276
3.2. Direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam	276
3.3. Defesa de seus direitos e interesses em juízo	279
3.4. Competência da justiça federal.....	279
4. Procedimento de demarcação de terras indígenas do Decreto nº 1.775/1996.....	280
5. O acórdão do STF proferido no Caso Raposa Serra do Sol – PET 3388.....	282
5.1. Contextualização do caso.....	282
5.2. Do julgamento da PET 3388/RR.....	284
5.3. Das “salvaguardas” da parte dispositiva do Acórdão da PET 3388.....	286
6. Tópico-síntese	289

Referências Bibliográficas..... 291